



## Síntese de Legislação Nacional n.º

Semana de 1 a 5 de abril de 2019

**Geral:** entrada de cidadãos estrangeiros - Tech Visa

[Portaria n.º 99/2019](#)

04/04/2019

1ª alteração à [Portaria n.º 328/2018](#), de 19/12, que define o regime de certificação de empresas tendo em vista o acolhimento de nacionais de Estados terceiros que pretendam desenvolver uma atividade altamente qualificada em Portugal, **no sentido da** extensão deste programa a outras empresas que possam estar na mesma situação (*outras empresas que desenvolvam a sua atividade em Portugal e que contratem trabalhadores com atividades cujo exercício requiera competências técnicas especializadas, de carácter excecional ou uma qualificação adequada para o respetivo exercício*), em conformidade com a [Lei n.º 23/2007](#)

Data de produção de efeitos: 05/04/2019

**Geral:** Planos de Gestão de região hidrográfica dos **Açores** 2016-2021

[Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2019/A](#)

04/04/2019

1ª alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2017/A](#), de 6/02, que aprova o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades (POBHLSC).

**Geral:** recuperação de empresas / taxas entidades formadoras de mediador de recuperação de empresas

[Despacho n.º 3660/2019](#)

02/04/2019

Estabelece as taxas aplicáveis à certificação de entidades formadoras de mediadores de recuperação de empresas, previstas na [Portaria n.º 309/2018](#), de 3/12, fixando em 500 euros a taxa devida pelo ato de certificação da entidade formadora e em 250 euros a taxa devida pelo acompanhamento e fiscalização da entidade formadora certificada.

**Geral:** IRC - **Taxas de derrama** incidentes sobre o lucro tributável do período fiscal de 2018.

[Ofício-circulado n.º 20209/2019](#)

01/04/2019

Publica a [Tabela de Taxas de Derrama municipal](#) incidentes sobre o lucro tributável do período fiscal de 2018

**Geral:** Legislação Aduaneira da União

[Ofício-circulado n.º 15706/2019](#) / [Ofício-circulado n.º 15705/2019](#)

27/03/2019

Novas versões consolidadas do [Código Aduaneiro da União](#) (CAU) e dos [anexos 23-01, 32-01, 32-02, 32-03 e 72-04](#) ao Regulamento de Execução (UE) 2015/2447 (AE-CAU).



**Agricultura / Setor Segurador:** seguros agrícolas (SSA) / vitícola de colheitas

[Portaria n.º 96/2019](#)

01/04/2019

3ª alteração da [Portaria n.º 42/2012](#), de 10/02, que estabelece as condições de aplicação da medida de apoio à contratualização do seguro vitícola de colheitas, no sentido do seu alargamento às Regiões Autónomas.

Data de produção de efeitos: 02/04/2019

**Abastecimento público de água:** Taxa de Recursos Hídricos (TRH)

[Despacho n.º 3692/2019](#)

03/04/2019

Fixa o valor de base da componente «S» da taxa de recursos hídricos para os sistemas de água de abastecimento público, abrigo do disposto no n.º 3 do artº 17.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11/06, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos.

Data de produção de efeitos: 01/01/2019

**Setor Energético:** código de rede de transporte de gás

[Diretiva ERSE n.º 8/2019](#)

04/04/2019

Aprovação do documento “Implementação do Código de Rede Relativo a Estruturas Tarifárias Harmonizadas para o Transporte de Gás Natural – Documento justificativo da decisão fundamentada”, no qual se descreve a metodologia do preço de referência da tarifa de uso da rede de transporte de gás natural.

Data de produção de efeitos: 01/10/2019

**Indústria Automóvel:** Importação - caução global no âmbito do imposto sobre veículos (ISV).

[Ofício-circulado n.º 35103/2019](#)

01/04/2019

Determina a AT o seguinte:

1. A partir do dia 1 de maio do corrente ano continuará a aplicar-se ao ISV o regime de caução global, nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 27.0 do CISV e do disposto no Decreto-Lei n. 0 289/88, de 24 de agosto, que estipula, no n.º 4 do art.º 1.0 que "*Para efeitos do presente diploma relevam os direitos aduaneiros e outras imposições de efeito equivalente, bem como quaisquer outros impostos ou taxas, cuja cobrança esteja a cargo das alfândegas*", inserindo-se, neste âmbito, o ISV.
2. Assim, as cauções globais atualmente existentes poderão continuar a ser utilizadas para efeitos do diferimento do pagamento do ISV, devendo os seus titulares (operadores, despachantes oficia\_is e declarantes) manifestar a intenção de as manter ativas para ISV até ao dia 1 de maio de 2019, junto da DSIECIV, através do seguinte e-mail: [dsieciv@at.gov.pt](mailto:dsieciv@at.gov.pt).

**Serviços de comunicações eletrónicas:** cibersegurança nas redes e serviços de comunicações eletrónicas

[Regulamento ANACOM n.º 303/2019](#)

01/04/2019

Aprova medidas técnicas de execução e fixar requisitos adicionais a cumprir pelas empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em matéria de segurança e integridade.



**Setor Financeiro:** OICVM - organismos de investimento coletivo em valores mobiliários

[Regulamento CMVM n.º 4/2019](#)

02/04/2019

O presente Regulamento procede às alterações abaixo, no sentido de adaptar aqueles diplomas às alterações introduzidas no Código dos Valores Mobiliários pela Lei n.º 35/2018, de 20/07, pela Diretiva 2014/65/UE (DMIF II), pelo Regulamento (UE) n.º 600/2014, bem como por diversos atos delegados e normas técnicas de regulamentação que concretizam estes dois diplomas europeus:

- a) 1ª alteração ao Regulamento CMVM n.º 3/2007, de 5/11, relativo aos Mercados Regulamentados e Sistemas de Negociação Multilateral;
- b) 2ª alteração ao [Regulamento CMVM n.º 2/2015](#), de 17/07, relativo à Atividade de Gestão de Organismos de Investimento Coletivo (OIC); e
- c) 1ª alteração à Instrução CMVM n.º 5/2016, relativa a Relatórios específicos e comunicação de incumprimentos detetados no âmbito da atividade de gestão de Organismos de Investimento Coletivo (OIC).

Data de produção de efeitos: 03/04/2019

**Setor Imobiliário / Geral:**

Protecção de arrendatários

[Declaração de Retificação n.º 11/2019](#)

04/04/2019

Declaração de retificação à [Lei n.º 13/2019](#), de 12/02, «Medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio entre arrendatários e senhorios, a reforçar a segurança e a estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade»

**e**

Certificação Energética dos Edifícios / Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação

[Portaria n.º 98/2019](#)

02/04/2019

3ª alteração da [Portaria n.º 349-B/2013](#), de 29/11, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção, **a fim de** proceder à pormenorização do conceito de edifício NZEB (*Edifícios com necessidades quase nulas de energia*), aplicável no âmbito do ordenamento jurídico nacional, e de rever e adaptar as exigências legais e regulamentares que, no caso do Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH), se devem refletir nesta Portaria.

Data de produção de efeitos: 03/04/2019

**Administração Pública:** Estatuto da Aposentação da Função Pública / pensão de velhice

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 134/2019](#)

03/04/2019

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do segmento do artigo 43.º, n.º 1, do Estatuto da Aposentação aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 498/72](#), de 9/12, na redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que determina que a aposentação voluntária se rege pela lei em vigor no momento em que for proferido o despacho a reconhecer o direito à aposentação



**Proteção Civil:**

Transferência de competências

[Decreto-Lei n.º 44/2019](#)

01/04/2019

2ª alteração à Lei n.º 65/2007, de 12/11, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, republicando-a, a fim de concretizar o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil, ao abrigo das alíneas a) e d) do art.º 14.º da Lei n.º 50/2018, de 16/08

Data de produção de efeitos: 02/04/2019

**e**

Estatutos da “nova” ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ex-ANPC)

[Decreto-Lei n.º 45/2019](#)

01/04/2019

Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC, ex-ANPC)

**e**

Prevenção contra incêndios nos Parques Naturais

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2019](#)

01/04/2019

1ª alteração à [Resolução do Conselho de Ministros n.º 167/2017](#), de 2/11, que aprovou os projetos de prevenção estrutural contra incêndios e de restauro nos Parques Naturais do Douro Internacional, de Montesinho e do Tejo Internacional, na Reserva Natural da Serra da Malcata e no Monumento Natural das Portas de Ródão

**Setor da Saúde:** Plano Estratégico para o desenvolvimento dos Cuidados Paliativos 2019/2020

[Despacho n.º 3721/2019](#)

03/04/2019

Aprova o Plano Estratégico para o desenvolvimento dos Cuidados Paliativos para o biénio 2019/2020, designa os coordenadores, quer a nível nacional, quer a nível regional e define as competências dos órgãos máximos de gestão dos serviços e entidades prestadoras de cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS), em conformidade com a Lei n.º 52/2012, de 5/09, que aprova as Bases dos Cuidados Paliativos (LBCP)